Jones Manoel e a Atualização do Neo-stalinismo

Dependência, Nacionalismo e a Neutralização do Protagonismo dos Trabalhadores

No primeiro texto que escrevi sobre Jones Manoel ("A Ilusão da Radicalidade: Jones Manoel e o Teatro da Revolução", disponível no site passapalavra.info), o foco recaiu sobre a engrenagem político-comunicacional que sustenta sua ascensão, o circuito entre indústria cultural, militância progressista e a estetização pop da radicalidade consumível, assim como os caminhos percorridos para se alçar o lugar de youtuber com visibilidade na internet. Agora, o movimento é outro. Neste novo texto, o objetivo é dissecar a arquitetura teórica que dá suporte a esse projeto, o modo como Jones ancora sua intervenção na centralidade do Estado, na apologia do nacionalismo e na categoria de "nação dependente" tomada como eixo absoluto de análise. Em vez de discutir apenas o fenômeno da sua visibilidade, interessa-nos destrinchar ponto por ponto o solo doutrinário em que ele pisa, confrontando os limites e as implicações políticas desse enquadramento. Só assim é possível nomear qual é a natureza efetiva do projeto que Jones Manoel oferece à juventude precarizada e aos setores médios desiludidos com o liberalismo, que se manifesta num marxismo estatal, nacional-desenvolvimentista e burocrático, que, longe de apontar para a auto-organização revolucionária da classe trabalhadora, recoloca o Estado-nação como protagonista da história e devolve o velho reformismo sob a máscara de uma radicalidade geopolítica de fachada.

A discussão sobre dependência, nacionalismo e stalinismo é cheia de armadilhas porque mistura um nível descritivo, em que se tenta entender o lugar concreto do capitalismo brasileiro no sistema mundial; um nível estratégico, em que se formulam programas para enfrentar essa inserção subordinada; e um nível ideológico, em que certas respostas vão se cristalizando em crenças, afetos, identidades políticas que começam a operar quase de modo automático. Penso que devemos separar esses três planos: de que maneira a teoria da dependência ajuda a compreender a realidade, onde ela foi torcida para alimentar programas nacional-desenvolvimentistas e como essa torção reaparece hoje em formas neoestalinistas como o projeto de Jones Manoel.

O primeiro ponto é reconhecer que o capitalismo brasileiro não é uma versão "tardia" do capitalismo europeu, nem uma simples cópia malfeita do padrão norte-americano; ele se constitui, desde a origem, por uma articulação estreita entre a dominação de classe interna e determinações externas. Tráfico de escravizados,

plantation, monocultura, subordinação comercial, dependência tecnológica, capitalismo tardio com industrialização subordinada, endividamento crônico, vulnerabilidade cambial, tudo isso compõe o tecido da dependência. Florestan percebe isso com clareza quando fala da "revolução burguesa pelo alto", conduzida por uma burguesia que nunca precisou romper com o passado escravocrata para se afirmar; Marini, de outro ângulo, tenta mostrar como a superexploração da força de trabalho funciona como mecanismo de compensação da posição subordinada no mercado mundial. A dependência é um dado estrutural, uma determinação histórica concreta da reprodução do capital na periferia.

O problema começa quando esse dado desliza da análise para a normatividade política. No plano teórico, é perfeitamente legítimo dizer que há um "capitalismo dependente"; no plano político, a coisa muda de figura quando se afirma que existe uma "nação dependente" que deve ser "libertada". A passagem da categoria de modo de produção para a categoria de nação tende a uma mudança de sujeito; em vez da classe trabalhadora contra o capital, tem-se a "nação oprimida" contra a "nação opressora", o "povo brasileiro" contra o "imperialismo". Isso tem consequências graves, porque a nação não é um bloco homogêneo e a burguesia brasileira lucra precisamente com a dependência, ela não é vítima passiva da dominação externa, mas parceira ativa na forma que essa dominação assume. A dependência, portanto, não é uma desgraça nacional a ser superada por "todas as classes unidas", mas o meio pelo qual a burguesia local intensifica a exploração.

Quando a teoria da dependência é lida a partir da luta de classes, ela mostra que o trabalhador brasileiro é espremido por dois movimentos articulados, tendo por um lado a concorrência entre capitais em escala mundial, em que capitais mais produtivos se apropriam de parte da mais-valia gerada em economias menos produtivas e de outro, a necessidade da burguesia local de compensar essa desvantagem aumentando a taxa de exploração, comprimindo salários, ampliando jornadas, flexibilizando direitos, usando o Estado como aparelho repressivo. Dependência, nessa chave, significa que o trabalhador é violentado por sua própria burguesia e por capitais externos integrados a ela. Quanto maior a dependência, maior a violência e, portanto, maior a necessidade de uma ruptura radical que ataque simultaneamente o capital interno e o capital externo.

Ruy Mauro Marini desenvolve a teoria da dependência como uma abordagem que analisa as relações econômicas desiguais entre as economias do Centro (países desenvolvidos) e da Periferia (países subdesenvolvidos). Marini, ao contrário de outros teóricos, não limita a dependência a uma simples explicação de exploração externa observando as dinâmicas internas dos países periféricos, como a (já mencionada) superexploração da força de trabalho, como elementos estruturais fundamentais para entender a dependência e suas implicações. Para Marini, a dependência designa uma relação estrutural, na qual o capitalismo da periferia se integra ao sistema mundial em condições desiguais e, ao mesmo tempo, reproduz internamente os mecanismos que garantem essa subordinação. É uma relação em que o capitalismo periférico está integrado ao sistema mundial de uma maneira desigual, com as economias periféricas sendo usadas para sustentar e expandir a riqueza das economias centrais, mas ao mesmo tempo criando seus próprios mecanismos de reprodução do capital. Este conceito está ligado à ideia de "superexploração", onde a classe trabalhadora nas economias periféricas é sujeita a exploração extrema, com longas jornadas de trabalho, baixos salários e condições de trabalho precárias, que aumentam a acumulação de capital nas regiões centrais. Essa superexploração é uma das características centrais do capitalismo dependente, pois ela gera uma intensificação da exploração do trabalho sem que haja uma correspondente melhoria nas condições de vida das massas trabalhadoras.

Em termos concretos, a dependência não é uma questão de falta de desenvolvimento ou de recursos, mas de como as economias periféricas são estruturadas de maneira a servir às necessidades do capitalismo global. O papel dos países periféricos é de manter uma divisão internacional do trabalho que lhes impõe a especialização em setores de baixo valor agregado, enquanto as economias centrais dominam os setores de maior complexidade e valor agregado. Marini também aborda a questão do “subimperialismo”, que descreve o comportamento de certas classes dominantes em países periféricos que, em vez de se oporem ao imperialismo, se associando a ele, ampliando a exploração e consolidando a subordinação. Esse conceito descreve uma forma específica de dependência, onde as classes dominantes locais são ativas e participam do processo de exploração com o objetivo de reforçar sua posição no sistema global.

A abordagem de Marini oferece uma crítica profunda da ideia de que os países periféricos poderiam alcançar o desenvolvimento de forma autônoma, sem romper com as estruturas do capitalismo global. Ela implica que as políticas desenvolvimentistas convencionais, que tentam fortalecer a burguesia nacional e promover a industrialização sem enfrentar as contradições do capitalismo global, estão condenadas a reproduzir a dependência e a exploração, sem conseguir atingir uma verdadeira transformação social. Para Marini, a dependência é, portanto, uma categoria fundamental para compreender a dinâmica do capitalismo na periferia, não apenas como uma consequência da exploração externa, mas como um sistema de relações econômicas e sociais profundamente enraizadas, que afeta as condições de vida da classe trabalhadora e limita qualquer possibilidade de desenvolvimento autêntico sem uma ruptura com o capitalismo global. A luta contra a dependência, portanto, não pode se limitar a discursos nacionalistas ou a uma simples crítica aos "imperialismos" externos; ela deve ser uma luta contra a própria estrutura do capitalismo, que não pode ser resolvida sem transformar as relações de classe internas e externas. Esse entendimento da dependência, com o foco na superexploração e na integração desigual das periferias no capitalismo global, é central para as críticas contemporâneas à abordagem nacional-desenvolvimentista que propõe uma resposta à dependência sem desafiar o sistema de dominação global.

Como sabemos, Ruy Mauro Marini não foi apenas um intelectual da teoria da dependência, mas também um militante e dirigente do MIR chileno, organização que, apesar de sua retórica revolucionária e de sua crítica à via institucional da esquerda tradicional, não conseguiu ultrapassar o horizonte da forma-Estado. O MIR rompeu com o reformismo, mas manteve como pressuposto estratégico a conquista do poder estatal, reproduzindo a ideia de que a emancipação passaria, em última instância, pela reorganização do Estado sob nova direção. É a partir dessa tensão, entre uma crítica econômica radical e um horizonte político ainda estatizado, que se torna necessário interrogar os limites da teoria da dependência quando confrontada com a crítica marxiana do Estado. Essa polêmica só ganha densidade se for colocada não da coerência biográfica de Ruy Mauro Marini nem da pureza política de suas escolhas militantes, mas da forma Estado enquanto categoria central da crítica marxiana. A questão central não é se Marini foi “mais” ou “menos” estatista por ter integrado o MIR chileno, mas em que medida sua elaboração teórica, mesmo quando rompe com o desenvolvimentismo e com a ilusão da burguesia nacional, permanece presa a uma concepção política que não rompe

estruturalmente com o Estado como forma de dominação social. Do ponto de vista marxiano, o Estado não é um instrumento neutro que pode ser apropriado por esta ou aquela classe conforme a correlação de forças. O Estado é a forma política específica da sociedade fundada na separação entre produtores diretos e meios de produção. Em Marx, sobretudo a partir da Crítica do Programa de Gotha e dos escritos sobre a Comuna de Paris, o Estado é analisado como síntese da dominação de classe, como poder separado que se autonomiza em relação à sociedade e se coloca acima dela. Mesmo quando controlado por forças que se reivindicam proletárias, o Estado carrega consigo a lógica da separação, da representação, hierarquia e administração da vida social por um corpo especializado, sendo tudo isso uma determinação estrutural e histórica.

A crítica de Marini a dependência é contundente no plano da economia política. Ao demonstrar que o capitalismo periférico se reproduz por meio da superexploração da força de trabalho, ele destrói qualquer ilusão de desenvolvimento autônomo dentro da ordem capitalista. A burguesia nacional é lida como classe historicamente comprometida com a intensificação da exploração, e não como aliada potencial da emancipação. No entanto, quando a análise muda do plano econômico para o estratégico-político, o Estado reaparece como mediação necessária da ruptura. A revolução é pensada, ainda, como processo que culmina na conquista do poder estatal, mesmo que por vias insurrecionais e anti-imperialistas. Isso expressa um limite compartilhado por boa parte do marxismo do século XX, especialmente aquele moldado pela experiência da Revolução Russa e pela tradição leninista que substitui a identificação da emancipação com a tomada do poder político centralizado. A crítica marxiana do Estado, nessa perspectiva, é parcialmente suspensa em nome da urgência histórica. O Estado deixa de ser pensado como forma social a ser abolida para ser concebido como ferramenta de transição, instância provisória que conduziria a sociedade rumo ao socialismo. O problema é que essa "provisoriedade" nunca se realiza como tal. A forma Estado tende a se autonomizar, a se reproduzir, a gerar burocracias próprias e a reorganizar a dominação sob novas justificativas ideológicas.

A experiência histórica do século XX confirmou esse diagnóstico. Estados que se reivindicaram socialistas aprofundaram a separação entre dirigentes e dirigidos. A planificação centralizada, repressão política, neutralização da autoatividade operária e a cristalização de elites burocráticas mostraram que o problema não era apenas "quem" controlava o Estado, mas o fato de que o Estado continuava existindo como instância

separada da sociedade produzindo alienação e exploração. O conselhismo, de Pannekoek a Rühle, passando por Tragtenberg e chegando a Nildo Viana, recoloca no centro a questão de que não há emancipação possível enquanto a classe trabalhadora delegar seu poder a um aparelho estatal, ainda que pintado de vermelho. Lida a partir dessa intepretação, a posição de Marini é historicamente situada e teoricamente insuficiente. Sua crítica da dependência avança até o limite em que a luta de classes é reabsorvida pela estratégia de Estado. A ideia de revolução perde seu conteúdo de ruptura material com as formas históricas de dominação (Estado, partido, burocracia, mercado) e passa a ser elaborada como rearranjo dessas mesmas estruturas, agora conduzidas por outra direção política, sem que sua lógica fundamental seja efetivamente superada. É justamente esse limite que será explorado e radicalizado pelo neo-estalinismo contemporâneo, que abandona até mesmo as tensões presentes em Marini e transforma o Estado em sujeito absoluto da história.

A polêmica, portanto, não é um ajuste de contas com Marini, mas uma necessidade teórica. Se levamos a sério a crítica marxiana do Estado, não basta denunciar a dependência externa nem a superexploração interna, é preciso recusar a ideia de que a emancipação possa ser mediada por uma forma política que nasce e se reproduz como expressão da dominação de classe. Como diria uma importante revolucionária, os fins estão nos meios. Sem essa ruptura, o anti-imperialismo se converte em razão de Estado, a revolução em gestão, e a classe trabalhadora em massa administrada, exatamente o terreno no qual projetos neo-estalinistas prosperam hoje sob a aparência de radicalidade. Mas existe a outra leitura que foca a dependência entendida como drama nacional. Nessa versão, o foco sai das relações de classe para as relações entre Estados, sendo que o Brasil ocupa o lugar de “nação oprimida”, “semicolônia”, “elo fraco”, “país saqueado” enquanto os trabalhadores são dissolvidos nesse “nós” nacional. A burguesia interna é descrita como “compradora”, “entreguista”, “associada” e, exatamente por isso, é reconstruída a figura da “burguesia nacional” que teria interesse objetivo em romper com a dependência. A partir daí, o programa se organiza em etapas: numa primeira fase, seria necessário fortalecer o Estado nacional, desenvolver forças produtivas, conquistar soberania, industrializar, eventualmente construir um “capitalismo nacional” relativamente autônomo e só posteriormente a luta de classes poderia se colocar abertamente contra essa burguesia, construindo a ideia de “projeto de nação” fazendo com que a classe trabalhadora adie sua própria agenda; a exploração se intensifica, agora revestida de

discurso patriótico; o Estado se fortalece como forma da dominação burguesa e a promessa socialista se transforma em horizonte cada vez mais distante.

Essa distorção não é imputável diretamente a Florestan ou Marini, que foram, cada um a seu modo, muito mais sofisticados do que a caricatura nacional-desenvolvimentista que a esquerda petista, brizolista e stalinista construiu em torno deles. Florestan foi um crítico implacável da burguesia nacional e duvidou sempre de sua capacidade de conduzir uma revolução democrática profunda; Marini, por sua vez, não pintou a burguesia local como vítima, mas como parte de uma engrenagem perversa em que a superexploração é instrumento de reprodução. A perversão vem depois, quando outros setores da esquerda utilizam a retórica da dependência para renovar a velha ilusão da "unidade nacional" contra o imperialismo. É nesse ponto que estalinismo e teorias da dependência convergem, porque ambos anulam o conflito de classes para o terreno da nação, convertendo o antagonismo social em projeto de desenvolvimento nacional. A forma como Jones Manoel se apropria da teoria da dependência se inscreve perfeitamente nesse desvio.

Esse neo-estalinismo nasce do colapso histórico da esquerda. Diante da esclerose do progressismo liberal, da crise profunda de representação, dissolução das organizações de base, precarização brutal das universidades e os empregos informais, milhares de jovens procuraram uma linguagem forte, algo que recomponha sentido diante da impotência. O liberalismo não oferece nada; o progressismo oferece pouco; o lulismo oferece estabilidade limitada; a extrema-direita oferece ódio e identidade. Nesse vácuo, o neo-estalinismo é o pacote mais completo, duro, anti-liberal, anti-ocidental, anti-imperialista, com estética forte, narrativa moral absoluta, disciplina, ordem, rigor e promessa de grandeza nacional. Ele reconstrói a sensação de totalidade perdida. O marxismo, tomado assim, é vendido como identidade emocional. Isso legitima a "frente ampla nacional", que une trabalhadores, burocracia e setores da burguesia em nome de um projeto desenvolvimentista. É exatamente o programa do estalinismo dos anos 1930 aplicado ao Brasil de 2026.

Essa configuração é a reatualização de uma forma política já conhecida. Nos anos 1930, diante da crise do capitalismo mundial e do avanço do fascismo, o stalinismo reorganiza sua estratégia em torno das frentes populares, abandonando a perspectiva de autonomia da classe trabalhadora em favor de alianças com frações da burguesia nacional

sob a direção do Estado. A luta se orientada pela defesa de um projeto nacional, no qual o desenvolvimento das forças produtivas, a soberania econômica e a estabilidade política assumem centralidade e não qualquer ruptura com a ordem burocrático-burguesa. A classe trabalhadora é integrada como base de sustentação desse projeto, não como sujeito autônomo de transformação. O que se observa no Brasil contemporâneo é a recomposição dessa mesma lógica em novas condições históricas. Diante da crise prolongada, da desorganização social e fragilidade das organizações coletivas de ação, a resposta oferecida retoma a centralidade do Estado como instância de reorganização da sociedade, articula alianças com setores da burguesia sob a bandeira do desenvolvimento nacional e reinscreve a luta política nos limites da governabilidade. A linguagem é atualizada, os mediadores são outros, a circulação se dá pelas plataformas digitais, mas a estrutura permanece, ou seja, a radicalidade é transferida para o plano discursivo, enquanto a prática se organiza em torno da administração da ordem existente. Falar em aplicação do programa dos anos 1930 ao Brasil de 2026 não implica repetição mecânica, mas permanência de um mesmo princípio organizador, da subordinação da autonomia da classe trabalhadora a um projeto nacional-estatal que se apresenta como etapa necessária, enquanto adia indefinidamente a possibilidade de ruptura.

Isso se conecta diretamente à questão do anti-imperialismo. Nenhuma esquerda séria pode relativizar a violência imperialista, que orbita entre golpes, ocupações, guerras, sanções, pilhagem, política de dívida, tutela militar. A história da periferia capitalista é atravessada por essa violência. Só que o anti-imperialismo pode ser pensado de duas maneiras radicalmente diferentes. Num caso, ele é desdobramento do internacionalismo proletário; os trabalhadores de diferentes países se reconhecem como parte de uma mesma classe explorada, lutam contra as suas próprias burguesias e contra as ingerências externas, estabelecem redes de solidariedade, constroem instâncias comuns de luta. O anti-imperialismo é inseparável da ruptura com o capitalismo e com a forma-Estado. É a linha que vai, com todas as contradições, de algumas experiências do movimento operário europeu nos anos 1910–1920 às lutas coloniais em que o protagonismo plebeu tentou romper com as burocracias nacionais. No outro campo, o anti-imperialismo é capturado pela lógica do Estado. Não são as classes subalternas que se afirmam como sujeito, mas o Estado nacional que aparece como protagonista. Em nome de enfrentar o imperialismo, a burguesia local é reabilitada como aliada, a máquina de repressão interna é fortalecida, o nacionalismo é inflado, as oposições internas são silenciadas. O mantra primeiro a

pátria, depois as reivindicações sociais é velho; primeiro a soberania, depois as liberdades; primeiro o desenvolvimento nacional, depois a democratização. Esse tipo de anti-imperialismo estatal se alimenta do ressentimento contra o centro, mas não toca na raiz da exploração interna. Ele é funcional ao capital local, que encontra na retórica anti-imperialista uma justificativa para continuar extraindo mais-valia em condições brutais. A superexploração se torna "sacrifício necessário", o autoritarismo se converte em "dureza revolucionária"; a censura é rebatizada de "defesa da nação".

É esse segundo anti-imperialismo que o neo-estalinismo digital contemporâneo tende a difundir. Não se trata de relativizar a violência imperialista (que é real, histórica e estrutural), mas de observar como ela é enquadrada. Quando Jones Manoel publica, na Boitempo, o texto intitulado "Sim, eu apoio a Coreia do Norte!", afirmando que "abraça sem reservas envergonhadas" a experiência da República Popular Democrática da Coreia e que sua prioridade política, diante das contradições internas do regime, é defendê-lo do cerco imperialista, o que se explicita é uma hierarquização onde a crítica à forma estatal é suspensa em nome da defesa do Estado sitiado. A experiência concreta (marcada por burocratização, centralização extrema e ausência de autonomia operária) é secundarizada diante da necessidade de preservar a soberania nacional. A autoridade estatal, para Jones, é a trincheira histórica a ser protegida. A recepção pública desse texto, visível nos comentários da postagem original, majoritariamente celebratória, confirma que o gesto foi lido como afirmação identitária e não como análise contraditória.

No caso chinês, a formulação é mais sofisticada, mas segue o mesmo eixo. Em entrevistas e textos recentes, Jones apresenta "o caminho da China" como alternativa estratégica para países dependentes, enfatizando soberania tecnológica, cerco militar e a necessidade de um Estado forte capaz de planificar o desenvolvimento. A tensão entre defesa da revolução e democracia proletária é colocada como dilema administrável sob pressão externa. O problema da burocratização, da repressão a dissidências e ausência de auto-organização operária é uma questão secundária diante da necessidade de enfrentar o imperialismo. A centralidade concentra-se na capacidade estatal de coordenar desenvolvimento e garantir posição geopolítica.

No caso russo, a questão exige maior precisão. Jones não elogia Putin, reconhece explicitamente seu caráter conservador e burguês. O ponto, porém, está na estrutura explicativa adotada que define a "contradição principal" do conflito na Ucrânia como o

embate entre OTAN/EUA e Rússia, o que tende a reorganizar o campo político em termos interestatais com foco no cerco geopolítico, expansão militar ocidental, disputa entre blocos. A classe trabalhadora russa, ucraniana ou europeia aparece como variável subordinada a essa disputa. Ainda que não haja exaltação direta do governo russo, há uma forma de enquadramento que privilegia o reposicionamento estatal como eixo do conflito histórico.

O que une esses três casos é a tendência a pensar o mundo a partir de Estados em confronto e a tratar a autoridade estatal como mediação privilegiada da história. A classe trabalhadora é convocada a defender governos, soberanias, projetos nacionais e a crítica às formas internas de dominação é suspensa sob o argumento de que há uma ameaça maior no plano externo. A hierarquia entre "contradição principal" e "contradições secundárias" é um mecanismo de neutralização da autonomia. Essa operação produz efeitos políticos concretos. Parte significativa do público que acompanha Jones responde a esse enquadramento de maneira afirmativa, a defesa da Coreia Popular é celebrada como posição corajosa; a China é tratada como modelo de soberania bem-sucedida; a Rússia é lida como polo de contenção do imperialismo ocidental. A recepção não se organiza em torno da pergunta "como os trabalhadores desses países se auto-organizam?", mas em torno da pergunta "qual Estado resiste melhor ao hegemon?".

O termo "neo-stalinismo", tal como vem sendo mobilizado ao longo deste texto, não pode ser reduzido a uma simples repetição caricatural do stalinismo clássico nem a uma acusação moral dirigida a indivíduos ou correntes específicas. Aqui, me refiro a uma forma histórica determinada que reaparece em novas condições, conservando um núcleo estrutural e atualizando seus mecanismos de legitimação. Para compreendê-lo, é necessário retornar ao processo que o engendrou como chave de leitura do presente.

A Revolução Russa abriu uma possibilidade inédita ao colocar em movimento a auto-organização proletária que escapavam à lógica estatal, sendo os sovietes, em sua emergência inicial, expressões concretas de um poder social direto, enraizado na atividade dos trabalhadores. No entanto, esse processo se desenvolveu sob condições extremas, guerra civil, isolamento internacional, atraso econômico, devastação produtiva, que favoreceram a centralização progressiva das decisões e a concentração de poder no partido. O que se apresentou como medida emergencial foi se cristalizando como forma permanente. A mediação partidária, inicialmente concebida como instrumento de

organização se autonomizou, reorganizando o processo revolucionário sob a lógica da representação e da direção separada. Para autores como Pannekoek e Rühle, o problema não residia apenas em desvios conjunturais ou erros de liderança, mas na direção da revolução ao se estruturar a partir do partido e do Estado. A substituição da autoatividade da classe por uma instância dirigente produziu uma inversão fundamental em que o proletariado deixava de ser sujeito do processo para se tornar objeto de administração política. O partido não apenas coordenava a revolução, a representava, falava em seu nome e, progressivamente, decidia por ela. A ditadura do proletariado se convertia, na prática, em ditadura sobre o proletariado.

O leninismo ocupa, nesse percurso, um lugar ambivalente. Por um lado, representou uma tentativa rigorosa de enfrentar problemas reais de organização, estratégia e poder em condições históricas concretas, formulando respostas que não podem ser descartadas sem análise. A questão da disciplina, da centralização e da intervenção consciente na luta de classes em Lenin é resposta à fragmentação do movimento operário e à repressão do Estado czarista. Por outro lado, ao conceber o partido como portador privilegiado da consciência e ao identificar a tomada do poder com a conquista do aparato estatal, o leninismo introduz uma mediação que tende a se autonomizar. A consciência é progressivamente externalizada em relação à prática viva da classe, assumindo a forma de um saber que se apresenta como anterior e superior à experiência concreta dos trabalhadores; a organização nesse caso não é o prolongamento da autoatividade coletiva, mas se configura como instância hierarquizada que se interpõe entre a classe e sua ação de modo a hierarquizar a esfera política, que se concentra em estruturas que se arrogam o direito de decidir pela totalidade social. O stalinismo é a radicalização desse processo sob condições específicas. A consolidação do poder estatal, a eliminação das oposições internas, a planificação centralizada e a constituição de uma burocracia permanente transformam o que ainda guardava tensões em um sistema estabilizado de dominação onde o Estado é o sujeito histórico absoluto. A sociedade é reorganizada de cima para baixo, a classe trabalhadora é disciplinada como força produtiva e política, e o partido se converte em aparato de gestão da totalidade social. A linguagem do socialismo é preservada, mas sua forma material se distancia cada vez mais da auto-emancipação proletária.

Ao longo do século XX, essa orientação se torna hegemônica em amplos setores da esquerda mundial, inclusive no Brasil, através de organizações como o PCB, que seguiram a lógica da estratégia etapista, da centralidade do Estado e subordinação da classe trabalhadora a projetos nacionais. Entre as décadas de 1950 e 1970, o stalinismo, em suas diversas variações, forneceu o horizonte dominante de ação política, organizando tanto a leitura da realidade quanto as práticas militantes. Mesmo quando criticado, seus pressupostos fundamentais (a centralidade do partido, a mediação estatal, a ideia de etapas históricas conduzidas por alianças amplas) permaneceram como gramática implícita. O que se denomina de neo-stalinismo é a reconfiguração nas condições do capitalismo contemporâneo, marcado pela financeirização, crise da organização da classe e centralidade da mediação digital. Seu núcleo permanece sendo a reafirmação do Estado como sujeito estratégico, a subordinação da autonomia proletária a projetos nacionais, a centralidade de uma instância dirigente que organiza, educa e conduz, e a transformação da política em processo de administração da sociedade a partir de cima. O que muda são os meios de difusão, as linguagens e os modos de legitimação.

Nesse novo contexto, o neo-stalinismo não necessita mais de um partido de massas fortemente enraizado, podendo se estruturar como pedagogia política mediada por plataformas digitais como produção contínua de sentido que organiza percepções, define inimigos e estabelece horizontes de ação. A autoridade não se constrói apenas na organização material, mas na circulação simbólica; a disciplina não depende exclusivamente de estruturas formais, mas de processos de identificação e adesão. Ainda assim, a lógica permanece a mesma, da política sendo conduzida por instâncias separadas, a classe é interpelada como base de apoio, e a emancipação é concebida como reorganização do poder estatal sob nova direção. É nesse sentido preciso que o neo-stalinismo deve ser entendido. Não como insulto, mas como categoria que permite identificar a persistência de uma forma de dominação que se apresenta como crítica da ordem existente enquanto reproduz seus fundamentos. Ele opera como solução imaginária para uma crise real, oferecendo coerência, identidade e horizonte num momento de fragmentação, mas o faz ao custo de reinstalar a separação entre dirigentes e dirigidos, entre política e vida social, entre Estado e sociedade. O que se apresenta como radicalidade é, na verdade, a reiteração de uma contradição histórica que já demonstrou seus limites, agora revestida de novas linguagens e adaptada às condições de um capitalismo em crise.

O neo-stalinismo digital combina denúncia contundente da dominação externa com silenciamento progressivo dos mecanismos internos de dominação estatal, apresenta a defesa da soberania como tarefa prioritária e transforma a crítica ao Estado em questão secundária, a ser resolvida "depois" e esse "depois" tende a nunca chegar. A juventude que chega a esses conteúdos não é convidada a se organizar como classe trabalhadora internacionalmente articulada, mas a aderir a uma narrativa geopolítica onde os "bons" são os Estados que enfrentam Washington. A análise sai da fábrica para a chanceleria, do chão de escola para a sala de reunião de partido-Estado, da vida concreta para o tabuleiro dos blocos nacionais.

Essa operação, por sua vez, tem um efeito específico sobre a subjetividade política, pois reorganiza o imaginário da militância em torno da nação e do Estado. O jovem precarizado que procura uma teoria contra o capitalismo é encaminhado a amar bandeiras, hinos, símbolos nacionais, relatos épicos de "projetos de desenvolvimento nacional", imagens de fábricas estatais modernas, desfiles militares, celebrações de líderes duros e supostamente incorruptíveis. Essa combinação ainda produz um efeito mais silencioso e profundamente corrosivo, pois abre uma zona de indistinção em que frações da esquerda e correntes reacionárias podem atuar com um vocabulário comum, estruturado em torno do anti-liberalismo, do nacionalismo e centralidade do Estado; de um lado, reaparecem formulações que reivindicam o "socialismo de Estado" como horizonte histórico, de outro, proliferam discursos que rejeitam o cosmopolitismo, exaltam a tradição, tratam o indivíduo como elemento dissolvente e reorganizam a história como conflito entre civilizações e blocos geopolíticos.

O capitalismo é, desde o início, uma forma mundial de sociabilidade em expansão, em que a concorrência entre capitais empurra constantemente pela centralização, hierarquização de regiões, criação de zonas de superexploração. Não existe capitalismo "puro" sem imperialismo; não existe "estágio pré-imperialista" de normalidade. A periferia é resultado da expansão do capital. A dependência é, ao mesmo tempo, desigualdade entre regiões e mecanismo de intensificação da exploração interna. O alvo do combate segue sendo o capital como relação social, não "países". A ação política consequente será internacionalista de fato, não de discurso, e terá que lidar ao mesmo tempo com o capital local e global. O uso ideológico, ao contrário, introduz uma época de ouro implícita: um passado ou um ideal hipotético em que o país teria sido ou poderia ser "soberano", "autônomo", "desenvolvido" se não fosse a intervenção externa. Isso abre

espaço para uma nostalgia impossível, ou de um passado nacional mitificado e um futuro nacional grandioso.

A complexidade dessa questão passa, portanto, por reconhecer que o capitalismo periférico depende, sim, de uma articulação desvantajosa no sistema mundial e, ao mesmo tempo, recusar o uso dessa constatação como argumento para programas nacionalistas que pedem lealdade ao Estado. A dependência não é desculpa para segurar a classe trabalhadora pela coleira, mas justamente o motivo pelo qual essa classe não pode confiar em nenhum projeto que a subordine a bandeiras nacionais. O anti-imperialismo que não seja simultaneamente uma crítica à forma Estado e uma prática de solidariedade de classe transnacional cai, cedo ou tarde, no colo do nacionalismo e o nacionalismo, historicamente, nunca foi motor da emancipação dos trabalhadores; foi, quando muito, combustível para transições entre formas de dominação capitalista.

Vista assim, a figura de Jones Manoel (e o neo-stalinismo digital que o cerca) é como uma recomposição organizada dessa confusão. Ele se apropria de fragmentos da teoria da dependência, simplifica a leitura do imperialismo, converte a análise em narrativa épica sobre "povos oprimidos" e "nações resistentes", reabilita o Estado como sujeito histórico, oferece à juventude uma identidade política clara onde ser comunista é torcer por certos Estados, defender certas bandeiras, repetir certos slogans, aceitar a lógica de frentes nacionais e acreditar na possibilidade de um desenvolvimento soberano que, misteriosamente, levaria ao socialismo. Nesse percurso, o trabalhador não é convidado a organizar conselhos, a construir redes de autogestão, a experimentar o poder de base, somente a consumir conteúdos, a votar em candidaturas "radicais", a apoiar "projetos nacionais", a defender regimes autoritários no debate público. A complexidade está em sustentar que a teoria da dependência, enquanto crítica de como o capitalismo se mundializa, segue indispensável e que o uso nacionalista e estatolátrico dessa teoria, hoje reforçado por neo-stalinistas digitais, é um obstáculo frontal a qualquer perspectiva revolucionária. É possível e necessário ler Florestan e Marini contra aqueles que os transformam em patronos de um novo nacionalismo vermelho. É possível e necessário construir um anti-imperialismo que não desemboca na defesa acrítica de Estados "anti-Otan", mas na organização concreta da classe trabalhadora (no Brasil e fora dele) contra todos os complexos de poder, internos e externos, que a exploram. Quando se recoloca o protagonismo dos trabalhadores no centro, a figura da dependência perde o seu brilho

místico e recupera o seu valor analítico. Não se trata de negar a subalternidade do capitalismo brasileiro, mas de recusar que a resposta a essa subalternidade seja entregar a classe trabalhadora, mais uma vez, ao sacrifício em nome da pátria.

Ao longo da produção deste texto, fui publicando trechos em meu canal do youtube e um dos comentários chama atenção:

> @bernardoblanco4286
> A classe trabalhadora mundial nunca libertou sequer uma colônia sem utilizar o estado pra isso, esse texto é um chororô que se recusa a reconhecer isso. O anarquismo na era da descolonização mundial foi inútil pra classe trabalhadora enquanto estados nacionais e grupos aspirantes a se tornarem moldaram a história e fizeram do mundo um lugar menos pobre e até mesmo com menos tirania estatal

Minha resposta literal foi a seguinte:

A afirmação de que a classe trabalhadora jamais libertou colônias sem o uso do Estado parte de uma confusão histórica fundamental entre processos de descolonização e emancipação social. É verdade que, ao longo do século XX, a maior parte das independências ocorreu sob a forma de Estados nacionais, muitas vezes dirigidos por partidos, frentes ou grupos armados que aspiravam a ocupar o aparelho estatal. O erro está em transformar essa constatação empírica em prova de que o Estado seja condição necessária da libertação da classe trabalhadora, ou de que esses processos tenham efetivamente representado sua emancipação. É um salto lógico ilegítimo, que confunde mudança na organização da política com superação das relações sociais de dominação. A descolonização estatal foi incapaz de abolir o capital, tendo como função reorganizar sua reprodução. Em praticamente todos os casos históricos (da África à Ásia, da América Latina ao Oriente Médio), a independência nacional significou a substituição da dominação colonial direta por formas internas de dominação de classe mediadas por Estados recém-formados. As estruturas fundamentais da exploração, trabalho assalariado, hierarquia produtiva, disciplina fabril, repressão policial, acumulação de capital, permaneceram intactas. A pobreza diminuiu em alguns contextos, aumentou em outros; a tirania mudou de mãos, mas não desapareceu. Em muitos casos, o Estado nacional se tornou ainda mais intrusivo e violento do que o poder colonial anterior, justamente porque precisava disciplinar “seu próprio povo” em nome do desenvolvimento, da unidade nacional e soberania.

Dizer que esses processos “fizeram do mundo um lugar menos pobre e menos tirânico” é uma generalização ideológica que apaga a experiência concreta da classe trabalhadora nas periferias do capitalismo. A industrialização dependente, conduzida por Estados nacionais fortes, foi acompanhada por superexploração do trabalho, repressão sistemática a greves, criminalização de movimentos camponeses e urbanos, ditaduras militares e partidos únicos. A miséria nem de longe foi superada, sendo no máximo readministrada e a tirania foi nacionalizada ao invés de ser abolida enquanto o trabalhador deixou de ser explorado por um império estrangeiro para ser explorado por sua própria burguesia, agora investida de legitimidade patriótica. Quanto à acusação de que o anarquismo (ou, mais amplamente, as correntes anti-estatistas e conselhistas) teria sido “inútil” no século XX, ela revela uma leitura estreita da história, centrada apenas nos vencedores institucionais. As organizações mais radicais de auto-organização da classe trabalhadora (conselhos, comunas, sovietes antes de sua burocratização, coletivizações autogeridas, greves selvagens, insurreições urbanas e rurais) foram sistematicamente esmagadas não apenas pelo imperialismo, mas também pelos Estados nacionais “libertadores”. A inutilidade não estava na auto-organização, mas no fato de que ela ameaçava tanto o capital externo quanto o interno. Justamente por isso, foi derrotada.

O argumento estatista transforma a derrota histórica dessas experiências em prova de sua inviabilidade, quando, na verdade, elas foram derrotadas porque colocavam em risco a própria lógica da dominação. Ao afirmar que “sem Estado não há libertação”, o comentário apenas naturaliza o resultado de uma correlação de forças desfavorável e o converte em lei histórica. Isso equivale a dizer que, porque o capital venceu, ele era necessário; porque o Estado triunfou, ele era emancipador. Isso é um raciocínio tautológico que confunde fato consumado com horizonte possível. Por fim, a ideia de que a classe trabalhadora só pode agir como força histórica por meio do Estado reduz sua potência política à condição de instrumento, como massa de apoio para projetos definidos de cima, nunca como sujeito capaz de criar suas próprias formas de poder se apresentando como uma visão profundamente conservadora que toma o Estado (produto histórico da dominação de classe) como limite insuperável da ação humana. Contra isso, a crítica antistatista lembra que enquanto a libertação for pensada como tarefa do Estado, a classe trabalhadora continuará sendo governada, ainda que em nome de si mesma.

Se a torção nacionalista da teoria da dependência transfere o sujeito histórico da classe para a nação, a centralidade do Estado e do partido completa o movimento de neutralização da política proletária. O contraponto conselhista, expõe o caráter contrarrevolucionário do marxismo estatal que Jones Manoel atualiza. Não se trata de uma divergência tática ou de estilo organizativo, mas de uma incompatibilidade entre duas concepções de emancipação que tem de um lado, a auto-organização direta da classe trabalhadora contra o capital e de outro, a administração da sociedade por meio do Estado e de um partido que se coloca como tutor da classe. O Estado organiza a reprodução do capital ao garantir juridicamente a propriedade, disciplinar o trabalho, monopolizar a violência legítima e converter conflitos sociais em problemas administrativos e mesmo quando se apresenta sob bandeiras socialistas, o Estado preserva sua função fundamental de governar a sociedade de cima para baixo, por meio de uma burocracia especializada que decide em nome de outros. Pannekoek insistiu nisso ao dizer que enquanto existir Estado, existe uma instância separada da sociedade que governa sobre ela; enquanto existir essa separação, não há emancipação, apenas mudança de gestores.

Essa crítica nasce da experiência histórica do movimento operário. Pannekoek e Rühle escreveram à sombra da Revolução Russa, observando como a energia criadora dos conselhos operários foi progressivamente sufocada pela ascensão do partido-Estado. O que inicialmente surgiu como uma mediação provisória tornou-se rapidamente uma estrutura permanente de dominação. Os sovietes, que haviam surgido como formas espontâneas de auto-organização do proletariado, foram esvaziados, subordinados e, por fim, transformados em correias de transmissão das decisões do partido. Para os conselhistas, isso foi a consequência lógica da aposta no Estado e no partido como o centro da revolução. Otto Rühle radicalizou essa crítica ao afirmar que o partido, longe de ser instrumento de emancipação, tende a se tornar uma nova camada dominante. Toda organização que se autonomiza da classe, que fala em seu nome, que a representa, desenvolve interesses próprios, preserva sua existência, expande sua influência, controla o processo político. O partido, nesse processo, substitui a classe, seguindo a mesma lógica da alienação reproduzindo no interior do campo revolucionário a mesma lógica hierárquica do capitalismo.

Esse é o ponto cego do leninismo e correntes derivadas que concebe a emancipação como algo a ser feito para a classe, não pela classe. A consciência é trazida de fora, a organização vem de cima, a estratégia é definida por especialistas, a política é conduzida por quadros. Mesmo quando o discurso é aparentemente radical, a orientação é conservadora. Mesmo quando se fala em socialismo, a prática reproduz a divisão entre governantes e governados e isso reaparece no neo-estalinismo contemporâneo, agora adaptado às condições do capitalismo digital, precarização generalizada e da política como espetáculo. Jones Manoel é um operador exemplar dessa atualização. Sua defesa da centralidade do Estado e do partido estrutura todo o seu modo de pensar e intervir. Quando Jones fala em "tomar o poder", "reconstruir o Estado", "usar o Estado para desenvolver as forças produtivas", "defender a soberania nacional", ele está partindo do pressuposto de que a emancipação social passa necessariamente pela captura e pelo fortalecimento do aparato estatal. A classe trabalhadora, nesse esquema, é apenas a base de apoio, como massa a ser organizada, educada, conduzida, nunca como instância autônoma de decisão e ação direta.

A pedagogia política de Jones se coloca como explicador do mundo, tradutor autorizado do marxismo, mediador entre a teoria e as massas. O público não é chamado a experimentar sua própria organização, a construir espaços de poder de base, a romper com as mediações existentes. É chamado a aprender, concordar, repetir. Essa pedagogia verticalizada é a expressão cultural da mesma lógica que, no plano organizativo, se traduz na defesa do partido-Estado que traduz uma relação de tutela onde alguém sabe, alguém explica, alguém dirige; os demais acompanham. Nildo Viana ajuda a compreender por que essa forma é conservadora. Ao analisar a esquerda como parte integrante da reprodução do capital (em diversos textos disponíveis em seu blog), ele mostra como grande parte das organizações que se reivindicam socialistas atua, na prática, como administradora dos conflitos sociais. Em vez de fomentar a auto-organização e o antagonismo, essas organizações canalizam a revolta para dentro de instituições existentes, normalizam a contestação e reforçam a legitimidade do Estado. O marxismo estatal, nesse quadro, é uma ideologia funcional à gestão da sociedade capitalista em crise, pois oferece uma crítica controlada, uma radicalidade discursiva que não ameaça a dominação de classe.

No caso de Jones Manoel, essa função é ainda mais clara porque sua atuação se dá no interior da indústria cultural digital. O partido não é apenas a organização formal, mas a centralidade mental, liderança, disciplina, linha correta, inimigos definidos, aliados estratégicos seguindo uma lógica campista (dividir o mundo em blocos estatais progressistas e reacionários). A revolução não é um ato inaugural decidido por decreto nem como a aplicação técnica de um programa previamente traçado. A revolução se constitui ao longo do tempo, no movimento pelo qual a classe trabalhadora desenvolve suas capacidades de ação, reflexão e organização, transformando a si mesma enquanto transforma as relações sociais que a oprimem. Os conselhos são a organização política correspondente à superação da separação entre economia e política, entre trabalho e poder. Neles, os produtores associados decidem diretamente sobre a produção e sobre a vida social, sem mediações externas, sem representantes profissionais, sem burocracias permanentes integrando a política à prática cotidiana.

Comparado a isso, o projeto de Jones Manoel mostra a sua pobreza histórica. Não há, em sua formulação, espaço para conselhos, para autogestão, democracia direta e, principalmente, dissolução do Estado. Há, sim, uma revalorização explícita do comando centralizado, da autoridade, disciplina e planificação estatal. A experiência histórica do stalinismo, longe de ser tratada como advertência, é frequentemente relativizada ou justificada em nome da luta contra o imperialismo. O sofrimento real da classe trabalhadora sob regimes de capitalismo de Estado é apagado em favor de uma narrativa geopolítica abstrata. Ao defender o Estado como sujeito da transformação, Jones contribui para a reprodução da passividade política. A classe é educada a esperar soluções de cima em rituais como eleições, governos fortes, líderes firmes, projetos nacionais enquanto a iniciativa própria é desestimulada. Visto desse ângulo, a crítica a Jones Manoel não é uma querela interna da esquerda, nem uma disputa de narrativas. O caminho que ele propõe conduz a um beco histórico já conhecido de integração da classe trabalhadora a projetos estatais que falam em seu nome enquanto a mantêm subordinada. Contra isso, o conselhismo oferece uma orientação prática de recolocar a auto-organização, a ação direta e o internacionalismo no centro da política não como slogans, mas como organização real do poder social. Tudo o que se afasta disso, por mais radical que pareça no discurso, opera, no fundo, como força de contenção da revolução.

Modificar a realidade não passa pela inflação da palavra. Há um limite da linguagem quando ela se autonomiza da prática social e se converte em performance discursiva. Parte expressiva dos debates contemporâneos circulam, reiteram-se, acumulam ruído, mas não produzem mudança alguma na correlação de forças. Não porque faltem argumentos, mas porque o problema não é cognitivo. É material. No plano individual, a disputa de consciências tornou-se progressivamente mais restrita. A formação subjetiva é atravessada por história social, posição de classe, experiências acumuladas, derrotas, expectativas, medos, desejos e dispositivos permanentes de captura simbólica. Cada indivíduo chega ao mundo social moldado por uma série de determinações que escapam à vontade, tanto dele quanto de quem pretende "convencê-lo". Apostar que a transformação social virá da conversão paciente de indivíduos isolados é ignorar o modo real como a sociedade se reproduz. Esse diagnóstico costuma gerar angústia. A sensação de falar para paredes, de repetir análises corretas que não encontram ressonância, de observar a proliferação de discursos críticos que não alteram nada de essencial. Essa angústia nasce de uma premissa equivocada de que a ideia de mudança social se decide no plano da adesão individual, como se a sociedade fosse a simples soma de consciências persuadidas. Historicamente, nunca foi assim. As grandes transformações sociais não resultam de transformações morais ou de ajustes comportamentais graduais. Elas irrompem quando se altera a base material que sustenta uma determinada forma de poder. Não se trata de convencer o capital a ser menos capitalista, nem o Estado a ser menos Estado, mas de produzir força social organizada capaz de tensionar, bloquear, romper e reorganizar as estruturas que garantem a reprodução da dominação.

Por isso, o eixo central não é o convencimento, mas a constituição de poder material, enraizado em práticas coletivas, em organizações que não dependem da adesão subjetiva plena de todos, mas da capacidade de agir em comum. Contra-poder é uma relação social concreta que se constrói quando setores subalternos passam a controlar parcelas da vida social, do trabalho, território, produção e circulação. A hegemonia se consolida quando uma classe ou fração de classe consegue apresentar seus interesses como interesse geral porque controla os meios materiais que organizam a vida cotidiana. A contra-hegemonia, por sua vez, não nasce de slogans mais radicais ou de diagnósticos mais sofisticados, mas da criação de práticas sociais alternativas que desestabilizam essa ordem, mesmo antes de serem plenamente compreendidas ou legitimadas. A organização popular, portanto, é inevitável para um processo emancipatório, exige coordenação,

disciplina consciente, objetivos comuns e capacidade de sustentar conflitos prolongados. Ela produz subjetividade, mas o faz a partir da prática, não da pedagogia moral. A autogestão, então, é como ensaio material de outra forma de sociabilidade, sempre parcial, tensionada, ameaçada pela lógica dominante, mas fundamental enquanto experiência concreta de reorganização da vida social fora dos parâmetros do capital e do Estado. Onde há autogestão real, ainda que limitada, há aprendizagem coletiva, redefinição de necessidades e ruptura prática com a passividade política. Nesse sentido, muitos debates são de fato inúteis. Não porque o pensamento crítico seja irrelevante, mas porque ele se torna estéril quando se desconecta da produção de força social material. A tarefa histórica não é falar mais alto nem melhor, mas criar condições materiais para que outras formas de vida possam emergir em confronto direto com a ordem existente. Isso exige menos verborragia e mais enraizamento; menos ilusão pedagógica e mais estratégia; menos fé no convencimento individual e mais aposta na potência coletiva. É nesse terreno áspero, conflitivo e desigual que a história efetivamente se move.

Arthur Moura